

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.723 - SP (2019/0294564-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : ELAINE HAKIM MENDES E OUTRO
ADVOGADOS : RAFAEL MENNELLA - AC001076
ELAINE HAKIM MENDES - SP138091
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FRANCISCO CLEITON MENDES SANTANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. REVISÃO CRIMINAL. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPROPRIEDADE NA VIA ELEITA. PRECEDENTES.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Francisco Cleiton Mendes Santana**, condenado, como incurso no art. 121, § 2º, I, III e IV, do Código Penal, à pena de 18 anos e 9 meses de reclusão, em regime inicial fechado (Ação Penal n. 0091895-69.2011.8.26.0224, da Vara do Júri da comarca de Guarulhos/SP).

Consta dos autos que, após condenação pelo Conselho de Sentença, a defesa apelou, tendo o Tribunal local mantido a condenação em todos os seus termos (Apelação Criminal n. 0091895-69.2011.8.26.0224) e, posteriormente, há notícias do trânsito em julgado da referida condenação.

Inconformada, a defesa ingressou com ação de revisão criminal (n. 0022398-14.2018.8.26.0000) perante a Corte *a quo*, a qual julgou improcedente a referida ação.

Daí a presente impetração, em que se alega, em suma, que inexistem, nos autos, provas suficientes para sustentar uma condenação, razão pela qual o paciente deve ser absolvido.

Sem pedido liminar.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Em resumo, busca o impetrante a absolvição do paciente, uma vez que a condenação contrariou a evidência probatória dos autos, porque o material probante coligido no curso da instrução criminal, por sua precariedade, não autoriza o reconhecimento da procedência da acusação e a condenação pelo júri.

Sobre o tema, assim se manifestou o Tribunal de origem (fls. 23/26):

[...]

3. Agora, o requeinte reexamina o material probatório coligido na instrução criminal para afirmar que a decisão foi proferida contra a evidência dos autos, sem apontar, de pronto, elemento probante dissonante, que deveria ter sido avaliado em prol do acusado. Nesses casos, vale lembrar o ensinamento no sentido de que: “Quando a sentença for manifestamente contrária às provas existentes nos autos, uma advertência bastante importante merece reiteração neste momento. O que fundamenta a ação revisional nessa hipótese é uma rediscussão probatória desde que as conclusões a que chegou a decisão transitada em julgado opõem-se, de forma manifesta e cristalina, às provas existentes nos autos. Aqui só há de se admitir o desfazimento do julgado criminal se houver certeza aferível de plano (sem revolvimento de eventual dissonância probatória) de que se apresenta em descompasso o que provado e o que decidido” (Pacelli & Fischer in Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência, 4ª edição, p. 1228, São Paulo: Atlas, 2012).

4. Além de a inicial não indicar de pronto qual o elemento probatório dissonante a determinar a conclusão de ofensa à evidência dos autos, trata-se de decisão proferida pelo Tribunal do Júri, registrando-se, sobre a natureza do decidido, que a instituição do Júri é bastante peculiar em seu regramento. É uma garantia constitucional democrática, pois permite que o acusado seja julgado por seus pares. Baseados em sua íntima convicção, notadamente seu código ético-moral e sua experiência de vida, os cidadãos se revestem da qualidade de juiz leigo na apreciação de fato imputado a um ser semelhante. Subtrai-se, assim, ao magistrado togado o julgamento motivado da causa. É por conta disso que a Constituição Federal revestiu os veredictos do tribunal do júri de soberania: resguardar sua autoridade.

5. Nesse sentido, entende a doutrina que o órgão de segunda instância exerce apenas uma espécie de “jurisdição reguladora”, corrigindo erros, abusos e distorções. Não cabe ao Tribunal “ad quem” manifestar-se profundamente sobre o material probatório reunido no processo, e sim, verificar se a decisão proferida pelos jurados encontra amparo suficiente na prova colhida.

6. Com base nesse entendimento, a jurisprudência assentou que a tomada de uma posição pelos jurados, dentre duas possíveis e verossímeis, não caracteriza a hipótese do art. 593, inc. III, 'd', do CPP, qualquer que tenha sido a decisão (condenatória ou absolutória). Afirma a jurisprudência que a hipótese desse dispositivo deve ser analisada de forma estrita. Segundo precedentes: “É assegurada a soberania de veredictos do Tribunal do Júri, consoante dispõe o artigo 5º, XXXVIII, c, da Constituição da República; Somente a decisão proferida pelo Conselho de Sentença que seja manifestamente contrária à prova dos autos ou, mais precisamente, quando absolutamente dissociada do conjunto fático- probatório, traduzindo um decisum arbitrário, está o Tribunal de Justiça autorizado a cassá-lo. Inteligência do artigo 593, IV, d, do Código de Processo Penal. Apresentadas, em plenário do Júri versões alternativas e verossímeis dos fatos, calcadas nas provas produzidas, é vedado ao Tribunal de Justiça, em sede

Superior Tribunal de Justiça

de apelação, cassar a sentença ao argumento de ser manifestamente contrária à prova dos autos; Ordem concedida para restabelecer a sentença”.

7. Por último, menciona-se que o provimento ao recurso defensivo com base no dispositivo legal do art. 593 depende da demonstração clara e precisa de que: “Não é qualquer dissonância entre o veredicto e os elementos de convicção colhidos na prova, que autoriza a cassação do veredicto: unicamente a decisão dos jurados que nenhum arrimo encontre na prova dos autos é que pode ser invalidada. Desde que uma interpretação razoável dos dados instrutórios justifique o veredicto, deve este ser mantido, pois, nesse caso, a decisão deixa de ser 'manifestamente contrária a prova dos autos', ensina Frederico Marques.

[...]

Ora, segundo o reiterado entendimento desta Corte, *não é possível, na via eleita, o exame do pedido de absolvição ou de desclassificação, uma vez que se trata de providências que demandam aprofundado exame do arcabouço fático-probatório carreado nos autos, o que não se revela consentâneo com o instrumento processual utilizado. Com efeito, cabe às instâncias ordinárias condenar ou absolver o réu, bem como aferir a correta tipicidade da conduta imputada, haja vista terem amplo espectro cognitivo dos fatos e provas dos autos. O juízo condenatório se insere no juízo de discricionariedade motivada do julgador, atrelado às particularidades fáticas do caso concreto, somente passível de revisão por esta Corte no caso de flagrante ilegalidade* (HC n. 357.170/RS, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 21/6/2016).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus* (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator